

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANALISTA LEGISLATIVO - REGISTRO E REDAÇÃO

- Língua Portuguesa
- Língua Inglesa
- Noções de Direito Administrativo e Administração Pública
- Noções de Direito Constitucional e de Regimento Interno da Câmara dos Deputados
- Tecnologia da Informação e Dados
- Linguística
- Reconhecimento de Fala, Transcrição e Inteligência Artificial
- Processo Legislativo e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Regimento Comum do Congresso Nacional
- Ciência Política

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 1 – CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANALISTA LEGISLATIVO, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Analista Legislativo - Registro e Redação

SL-041OT-26
7901183010813

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 12
3. Domínio da ortografia 18
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual 22
5. Emprego de tempos e modos verbais 25
6. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 25
7. Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 27
8. Emprego das classes de palavras 30
9. Emprego dos sinais de pontuação 40
10. Concordância verbal e nominal 42
11. Regência verbal e nominal 46
12. Emprego do sinal indicativo de crase 49
13. Colocação dos pronomes átonos 52
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 53
15. Significação das palavras 54
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto 57

Língua Inglesa

1. Compreensão de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais 67
2. Itens gramaticais relevantes para compreensão de conteúdos semânticos 70
3. Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa 71

Noções de Direito Administrativo e Administração Pública

1. Estado, governo e Administração Pública: conceito, elementos, poderes e organização do Estado; Princípios constitucionais e doutrinários da Administração Pública 77
2. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralização, descentralização, concentração e desconcentração 79
3. Ato administrativo; Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies, extinção, nulidades e revogação; Parecer: responsabilidade do emissor do parecer 83
4. Agentes públicos; Disposições constitucionais aplicáveis; Cargo, emprego e função pública; Requisição; Regime jurídico dos servidores públicos federais (Lei 8.112/1990 e suas alterações) 87
5. Direito administrativo disciplinar; Fontes e princípios; Ilícito de direito administrativo disciplinar; Procedimentos disciplinares da administração pública 116
6. Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações) 122
7. Poderes administrativo; Discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder 128

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

8. Responsabilidade civil do Estado; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado 130
9. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações) 133
10. Evolução dos modelos de gestão pública: patrimonialismo, administração burocrática e nova gestão pública (New Public Management); Nova Governança Pública (New Public Governance): conceito, fundamentos e evolução; Ação pública em redes de cooperação, articulação interinstitucional e parcerias com o setor privado e terceiro setor; Coprodução do bem público, participação cidadã e transparência ativa; Valor Público, cadeia de valor público 145
11. Governança na Administração Pública; Governança pública: conceito, distinção entre governança e governabilidade e alinhamento estratégico; Mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle; Conceito de valor público: geração de valor para a sociedade, entrega de resultados, sustentabilidade e avaliação de impactos de políticas públicas 149
12. Decreto Federal nº 9.203/2017 e suas alterações (política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional) 153
13. Noções de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações); Licitação Pública: conceito, princípios, finalidade do procedimento licitatório, modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação; Contratos administrativos; Características do contrato administrativo; Formalização, gestão e fiscalização do contrato; Planejamento e fiscalização contratual; Papel do fiscalizador do contrato; Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência 156
14. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e suas alterações) 204
15. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações) 211

Noções de Direito Constitucional e de Regimento Interno da Câmara dos Deputados

1. Constituição federal de 1988: conceito, contexto histórico, características, estrutura do texto 227
2. Princípios fundamentais 229
3. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos 234
4. Organização do estado: organização políticoadministrativa, união, estados, municípios, distrito federal e territórios. Intervenção federal 244
5. Administração pública: disposições gerais, servidores públicos civis e militares 252
6. Poder legislativo: o congresso nacional e suas casas (atribuições, competências, reuniões e comissões) 258
7. Regime jurídico constitucional dos parlamentares 265
8. Regimento interno da câmara dos deputados; disposições preliminares e órgãos da câmara (arts. 1º a 24 e suas alterações); sessões da câmara (arts. 65 A 94 e suas alterações); deputados (arts. 226 A 251 e suas alterações); administração e economia interna (arts. 262 A 273 e suas alterações) 270
9. Regimento comum do congresso nacional; título i; título iv, capítulo ii e capítulo iii (até art. 103) 294

Tecnologia da Informação e Dados

1. Msoffice 365 (word, excel, powerpoint e onedrive) 299
2. Redes de computadores; conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet 325
3. Ferramentas de comunicação e colaboração: correio eletrônico (webmail, cliente de e-mail), aplicativos de comunicação (microsoft teams, google meet) 334
4. Conceitos gerais de segurança e governança digital; segurança da informação: procedimentos de cópia de segurança (backup), noções de vírus, worms e pragas virtuais; programas de proteção (antivírus, firewall, antispyware); ameaças digitais (phishing, pharming) 340

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. Conceitos básicos de inteligência artificial; engenharia de prompts; aprendizado supervisionado, não supervisionado e por reforço 353
6. Ia generativa: conceitos, exemplos e casos de uso 357
7. Ética e responsabilidade digital no serviço público 361
8. Dados: conceitos, atributos, métricas, transformação de dados 365
9. Visualização de dados: princípios de visualização de dados; tipos de gráficos (histograma, linha, barra, dispersão, box plot); ferramentas de visualização de dados (power bi, tableau e data studio); storytelling para visualização de dados... 368

Linguística

1. Teoria do signo linguístico. Linguagem, língua e fala. Significante e significado; significação. Arbitrariedade e motivação; linearidade. Referente, referência, representação, sentido 375
2. Categorias semânticas: gênero, número, pessoa, tempo, modo, aspecto e papéis semânticos 378
3. Relações de comparação, relações de causa e efeito e de contraste 381
4. Leitura. Compreensão literal, coesão e coerência textual. Ideia principal e detalhes de apoio. Relações coesivas: referência, substituição, elipse, repetição 385
5. Grupos vocálicos e estrutura e formação de palavras. 385
6. Palavras homônimas, parônimas e cognatas. Relações de sentido entre palavras: sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, campo semântico. Denotação e conotação. 391
7. Compreensão interpretativa: propósito do autor, informações implícitas, distinção entre fato e opinião 391
8. Compreensão crítica: seleção de inferência 392
9. Organização retórica: generalização, exemplificação, descrição, definição, especificação 394
10. Reconhecimento dos recursos de produção de textos. Recursos estilísticos e estruturais na elaboração de tipos e gêneros textuais variados. Adequação da linguagem ao gênero e às convenções da escrita 397
11. Teoria da Enunciação e Análise do Discurso. Situação de comunicação; enunciação e enunciado; a teoria da enunciação na produção do texto escrito. Conceitos de texto e discurso; dialogismo e polifonia; esferas sociais de comunicação. Retórica e oratória parlamentar 400
12. Gêneros Discursivos, Tipologia e Processos Textuais. Gêneros do discurso e tipos textuais; aspectos de macro e microestrutura; construção composicional, conteúdo temático e estilo. Intertextualidade; processos de retextualização; reescritura e paráfrase 404
13. Linguagem e variação linguística. Tipos de variação linguística; dialetos e registros. Oralidade e escrita. Formalidade e informalidade. Normas linguísticas. A variação linguística no português do Brasil. A variação linguística e a construção do texto escrito 407
14. Língua e gramática: Concepções de gramática; tipos de gramática. Correção e incorreção. Propriedade e impropriedade 410
15. Funções da linguagem 413
16. Retórica e figuras de linguagem 414
17. Comunicações oficiais, introduções e fechos apropriados. Pronomes de Tratamento. Reduções Ortográficas. Conceitos e estrutura de documentos oficiais. 417
18. Noções básicas de lógica: conectivos, argumentos e notação 430
19. Técnica Legislativa: Lei Complementar Federal nº 95/1998 e suas alterações (dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis) 434

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Reconhecimento de Fala, Transcrição e Inteligência Artificial

1. Reconhecimento de Fala e Transcrição de Áudio. Reconhecimento automático de fala (ASR – Automatic Speech Recognition). Modelos de fala end-to-end. LLMs multimodais de áudio nativo 441
2. Diarização de falantes: identificação e separação de múltiplos oradores 444
3. Pontuação automática e capitalização em transcrições 446
4. Desafios do ASR em Português Brasileiro: sotaques, vocabulário técnico e parlamentar 448
5. Transcrição em tempo real 450
6. Ferramentas e APIs: Whisper (Open AI), Google Speech-to-text, Azure Speech, AWS Transcribe. 453
7. Degravação e Pós-processamento de Transcrições. Diferença entre transcrição automática, degravação e revisão humana. Fluxo de trabalho de degravação assistida por IA (Human in the loop) 455
8. Revisão e edição de transcrições: critérios de qualidade e fidelidade 457
9. Formatação de transcrições parlamentares: identificação de oradores, marcação de pausa ruído, etc 459
10. Normalização de texto: números, siglas, abreviações e termos técnicos. Ferramentas de CAT (Computer Assisted Transcription) e editores de transcrição 460
11. Controle de qualidade: revisão em dupla, auditorias de amostras, SLA. Vocabulário técnico parlamentar e vocabulário adaptado (language model adaptation) 462
12. IA Aplicada no Contexto Parlamentar. Aplicações de IA em parlamentos: transcrição de sessões, sumarização, indexação e busca. Sistemas de busca semântica em acervos parlamentares. Geração automática de atas e resumos de sessões. Modelos de IA multilíngues e especializados em português 464
13. Proteção e segurança da informação. LGPD e proteção de dados em sistemas de transcrição e IA. Direitos autorais e ética no uso de IA para conteúdo gerado. Segurança da informação em pipelines de áudio e transcrição 466

Processo Legislativo e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Regimento Comum do Congresso Nacional

1. Procedimento Legislativo: Tipos de procedimento, ordinário, abreviado, sumário, sumaríssimo, especial e concentrado; Etapas e noções básicas. Comissões, pareceres, deliberação, votação, sanção e veto 473
2. Matérias Legislativas: Projeto de lei ordinária, complementar e delegada. Medida provisória. Projeto de decreto legislativo e projeto de resolução. Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Indicações, pareceres, requerimentos e vetos 477
3. Iniciativa Legislativa: Presidência da República, Congresso Nacional, tribunais e cidadãos 480
4. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Resolução nº 17/1989 da Câmara dos Deputados e suas alterações (arts. 25 a 64; arts. 95 a 200) 483
5. Regimento Comum do Congresso Nacional. Resolução nº 1/1970 – CN e suas alterações (arts. 1º a 71) 516

Ciência Política

1. Regimes políticos 523
2. Sistemas e formas de governo 524
3. Representação política 526
4. Poderes e relações entre poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário 528
5. Sistemas eleitorais 541

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

6. Teoria dos partidos políticos 543
7. Organização política brasileira 545
8. Temas relevantes de política internacional e brasileira contemporânea 548
9. Teoria do Estado e formação dos Estados nacionais 557
10. Formação do Estado brasileiro 560
11. História do voto e dos partidos no Brasil 563

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

▸ A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

▸ A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

▸ Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

▸ **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

▸ **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

▸ **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

▸ **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias , que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados , as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS: DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS, RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

Domínio do vocabulário e da estrutura da língua

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo)**: composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo)**: formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

Relações intratextuais: coesão e coerência no texto

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação)**: termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.
- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.
- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse)**: permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Lexical cohesion (coesão lexical)**: uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como "pollution," "contamination," "environmental damage," e "ecosystem degradation" criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

Por exemplo, ao ler um texto que começa com "Global warming has severe impacts on biodiversity" e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

Intertextualidade no processo de leitura

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

- **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase)**: ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.
- **Alusão (allusion)**: uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão "to be or not to be" remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.
- **Paródia e pastiche**: quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.
- **Interdiscursividade**: quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária para criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

Ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas

A habilidade de leitura transcende a mera capacidade de reconhecer palavras em uma página; ela envolve a habilidade de extrair significado, compreender nuances e discernir intenções subjacentes em textos escritos.

Este material didático visa equipar os estudantes com ferramentas críticas para identificar a ideia principal e informações específicas nos textos, além de analisar o caráter emocional, a atitude do autor e o efeito intencional que o texto pretende causar no leitor.

Identificação da Ideia Principal

A ideia principal de um texto é o coração da mensagem que o autor deseja comunicar. É o ponto central em torno do qual todas as outras informações giram. Reconhecer a ideia principal é fundamental para entender o propósito do texto e para uma leitura eficiente e eficaz.

Técnicas para Identificação da Ideia Principal

- **Análise do Título e Subtítulos:** Frequentemente, o título e os subtítulos fornecem uma visão preliminar do tema central ou da mensagem principal.
- **Leitura dos Primeiros e Últimos Parágrafos**: Estas seções do texto geralmente contêm uma síntese ou uma declaração explícita da ideia principal.
- **Busca por Palavras e Frases Recorrentes:** A repetição é uma técnica retórica usada para enfatizar um ponto central; identificar essas repetições pode revelar a mensagem principal.
- **Criação de um Mapa Mental:** Visualizar as ideias principais e suas conexões pode ajudar na identificação da mensagem central.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO; PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DOUTRINÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

- **Conceito de Estado**

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

- **Elementos constitutivos do Estado**

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

- **Finalidade do Estado**

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

- **Conceito de Governo**

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

O Governo exerce função política, ligada às grandes escolhas estatais, como definição de políticas econômicas, sociais, educacionais, sanitárias e administrativas. A Administração Pública, por sua vez, executa essas decisões de modo técnico, jurídico e contínuo, obedecendo à lei e aos princípios administrativos.

- **Governo e Administração Pública**

Direção política e execução administrativa

A distinção entre Governo e Administração Pública é essencial. O Governo decide os rumos políticos do Estado; a Administração executa, concretiza e operacionaliza essas decisões. Assim, políticas públicas podem nascer de escolhas governamentais, mas sua execução depende da estrutura administrativa.

Elemento	Característica principal
Estado	Estrutura jurídica e política permanente
Governo	Direção política temporária
Administração Pública	Execução técnica e administrativa das funções públicas

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Formas de organização política**

Formas de governo, sistemas de governo e formas de Estado

As formas de governo indicam como ocorre a relação entre governantes e governados, destacando-se república e monarquia. Os sistemas de governo tratam da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, como presidencialismo e parlamentarismo. Já as formas de Estado indicam a organização territorial do poder, como Estado unitário e federação.

No Brasil, adota-se a forma republicana de governo, o sistema presidencialista e a forma federativa de Estado. Essa estrutura influencia diretamente a organização administrativa, pois distribui competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Administração Pública: sentidos, funções e organização

- **Sentidos da Administração Pública**

Sentido subjetivo e sentido objetivo

A Administração Pública pode ser compreendida em dois sentidos principais. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pelo exercício da função administrativa. Nesse caso, observa-se quem atua: ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e servidores públicos.

Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública significa a própria atividade administrativa. Nesse enfoque, não se analisa quem executa, mas o que é executado: prestação de serviços públicos, exercício do poder de polícia, fomento, intervenção administrativa, fiscalização e gestão de bens e interesses públicos.

Sentido	Foco principal	Exemplo
Subjetivo	Quem exerce a função administrativa	Órgãos, entidades e agentes
Objetivo	Qual atividade é exercida	Serviço público, fiscalização e fomento

- **Função administrativa**

Execução concreta do interesse público

A função administrativa consiste na atividade concreta, direta e contínua desenvolvida pelo Estado para atender às necessidades coletivas. Ela se diferencia da função legislativa, que cria normas gerais, e da função jurisdicional, que resolve conflitos com definitividade. A Administração Pública atua executando a lei, prestando serviços, organizando estruturas, controlando atividades privadas e protegendo o patrimônio público.

- **Organização administrativa**

Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro deles existem órgãos públicos, sem personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de competências internas.

A Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas para desempenhar atividades específicas. Inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa divisão permite distribuir tarefas, especializar funções e tornar a atuação administrativa mais eficiente.

Princípios da Administração Pública

- **Importância dos princípios administrativos**

Base de validade da atuação estatal

Os princípios da Administração Pública orientam, limitam e controlam a atuação administrativa. Eles servem como critérios de interpretação das leis, fundamento de validade dos atos administrativos e parâmetro para verificar se a conduta do agente público respeita o interesse público. Mesmo quando a Administração possui certa margem de escolha, essa liberdade deve ser exercida conforme os princípios administrativos.

- **Princípios expressos**

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Os princípios expressos são aqueles previstos de forma direta no texto constitucional. Eles formam a base mínima obrigatória da atuação administrativa e devem ser observados por todos os Poderes, órgãos, entidades e agentes no exercício da função administrativa.

Princípio	Ideia central
Legalidade	A Administração só pode agir conforme o Direito
Impessoalidade	A atuação deve buscar finalidade pública, sem favorecimentos
Moralidade	O ato deve respeitar ética, probidade e boa-fé
Publicidade	Os atos devem ser transparentes, salvo sigilo legítimo
Eficiência	A atuação deve buscar qualidade, resultado e boa gestão

- **Princípios implícitos**

Controle, equilíbrio e proteção do interesse público

Além dos princípios expressos, existem princípios implícitos igualmente obrigatórios. A supremacia do interesse público justifica prerrogativas administrativas quando necessárias à coletividade. A indisponibilidade do interesse público impede que o gestor trate bens, direitos e poderes públicos como interesses

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DE REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: CONCEITO, CONTEXTO HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS, ESTRUTURA DO TEXTO

A Constituição Federal de 1988 foi elaborada no contexto de redemocratização do Estado brasileiro, após um longo período de restrição das liberdades políticas e civis. Sua promulgação representou a reorganização das instituições, a ampliação dos direitos fundamentais e a reafirmação da soberania popular como fundamento do poder político.

O texto constitucional estabeleceu um Estado Democrático de Direito comprometido com a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Também definiu objetivos voltados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, à redução das desigualdades e à promoção do bem de todos.

- **Características da Constituição**

Classificação e rigidez constitucional

A Constituição de 1988 é escrita, promulgada, formal, dogmática, analítica, dirigente e rígida. É promulgada porque resultou da atuação de representantes eleitos; analítica porque disciplina numerosos temas; dirigente porque estabelece programas e objetivos para o Estado; e rígida porque sua alteração exige procedimento mais complexo do que o utilizado para a elaboração das leis ordinárias.

A rigidez assegura a supremacia formal da Constituição. Sua supremacia material decorre da relevância de seus conteúdos, especialmente os relacionados aos direitos fundamentais, à organização do Estado e à limitação do poder.

- **Estrutura do texto constitucional**

Preâmbulo, parte permanente e disposições transitórias

A Constituição é composta pelo preâmbulo, pelo texto permanente e pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O preâmbulo apresenta valores inspiradores da ordem constitucional. A parte permanente disciplina direitos, organização estatal, Poderes, tributação, economia e ordem social. As disposições transitórias regulam a passagem entre a ordem anterior e a nova Constituição, além de prever medidas específicas de adaptação institucional.

- **Força normativa e aplicabilidade**

Constituição como fundamento de validade

A Constituição ocupa o centro do sistema jurídico e condiciona a validade das demais normas. Suas disposições podem ter eficácia plena, contida ou limitada, conforme a possibilidade de aplicação imediata e a necessidade de regulamentação. Ainda assim, todas possuem força jurídica e orientam a atuação legislativa, administrativa e jurisdicional.

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

- **Poder constituinte derivado reformador**

Natureza e finalidade

As emendas constitucionais são instrumentos de alteração formal da Constituição. Decorrem do poder constituinte derivado reformador, que é juridicamente limitado, condicionado e subordinado à ordem estabelecida pelo poder constituinte originário. Sua função é permitir a atualização do texto constitucional sem romper a continuidade do sistema jurídico.

A reforma pode acrescentar, modificar ou revogar disposições constitucionais, mas não pode destruir a identidade fundamental da Constituição nem afastar os limites expressa ou implicitamente impostos ao poder de reforma.

- **Iniciativa e procedimento**

Deliberação parlamentar qualificada

A proposta de emenda pode ser apresentada por parcela constitucionalmente determinada dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas, mediante manifestação da maioria relativa de seus integrantes.

A proposta deve ser discutida e votada em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional. Sua aprovação exige, em todos os turnos, o voto favorável de três quintos dos respectivos membros. Não existe sanção nem veto presidencial. Concluída a aprovação, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- **Limitações ao poder de reforma**

Preservação da ordem constitucional

As limitações circunstanciais impedem a alteração constitucional durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. As limitações formais exigem respeito à iniciativa, ao quórum, aos turnos e à promulgação. As limitações materiais protegem as cláusulas pétreas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Não pode ser objeto de deliberação proposta tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais. A proteção não alcança apenas a eliminação expressa, mas também alterações que esvaziem substancialmente esses elementos.

- **Controle e transformação constitucional**

Emenda, revisão e mutação

As emendas podem ser submetidas ao controle de constitucionalidade quando violarem limitações ao poder de reforma. Diferem da revisão constitucional, que possui fundamento e procedimento excepcionais, e da mutação constitucional, que modifica o sentido interpretativo da norma sem alterar seu texto.

Bloco de constitucionalidade

- **Conceito e finalidade**

Conjunto de normas utilizadas como parâmetro constitucional

O bloco de constitucionalidade corresponde ao conjunto de normas e princípios que servem como parâmetro para verificar a validade dos atos inferiores. Seu conteúdo pode ultrapassar os dispositivos reunidos no texto permanente da Constituição, abrangendo elementos que, por sua natureza ou posição normativa, possuem força constitucional.

A noção de bloco permite compreender que a constitucionalidade não depende apenas da comparação literal entre uma lei e determinado artigo constitucional. O controle também considera princípios estruturantes, direitos fundamentais e normas formalmente incorporadas ao nível constitucional.

- **Sentidos restrito e ampliado**

Extensão do parâmetro de controle

Em sentido restrito, o bloco é formado pelas normas dotadas de hierarquia constitucional formal. Em sentido ampliado, pode abranger valores, princípios e direitos materialmente constitucionais que auxiliam na interpretação e na preservação da unidade da ordem jurídica.

No sistema brasileiro, os principais componentes podem ser sintetizados da seguinte forma:

Componente	Posição no bloco
Texto permanente da Constituição	Parâmetro constitucional direto
Disposições constitucionais transitórias	Normas constitucionais formalmente válidas
Emendas constitucionais	Integram a Constituição após sua promulgação
Princípios constitucionais expressos e implícitos	Orientam validade e interpretação
Tratados de direitos humanos aprovados pelo rito qualificado	Equivalem às emendas constitucionais

- **Cláusula de abertura material**

Direitos não expressamente enumerados

A Constituição admite que os direitos fundamentais não se esgotem naqueles expressamente previstos. Outros direitos podem decorrer do regime constitucional, de seus princípios e de tratados internacionais incorporados ao sistema.

Essa abertura impede compreensão excessivamente fechada da Constituição e permite reconhecer novas dimensões de proteção da pessoa. Contudo, nem toda norma internacional ou princípio jurídico integra automaticamente o bloco em sentido formal.

- **Importância no controle de constitucionalidade**

Unidade e ampliação da proteção constitucional

O bloco de constitucionalidade amplia e organiza os parâmetros utilizados no controle de validade das leis e dos atos estatais. Sua aplicação exige precisão, pois a ampliação indiscriminada do parâmetro pode gerar insegurança jurídica. O instituto deve preservar simultaneamente supremacia constitucional, coerência normativa e proteção efetiva dos direitos fundamentais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS

MSOFFICE 365 (WORD, EXCEL, POWERPOINT E ONEDRIVE)

WORD

O Word 2016 é uma versão de edição de textos que apresenta novas ferramentas e recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática.

Possui interface gráfica baseada na Faixa de Opções (Ribbon), modelos de documentos e estilos de formatação predefinidos, permitindo aplicar padronização e recursos visuais ao documento.

Integra-se a serviços da web, como Facebook, Flickr, YouTube, OneDrive e Twitter, possibilitando compartilhamento e trabalho colaborativo.

- **Novidades no Word 2016**

Diga-me o que você deseja fazer

Localização de comandos

Facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente à ferramenta ou configurações que procura.

A caixa "Diga-me o que você deseja fazer" funciona como um campo de busca inteligente que permite localizar comandos e configurações por meio da digitação de palavras-chave.

Trabalhando em grupo, em tempo real

Compartilhamento simultâneo

Permite que vários usuários trabalhem no mesmo documento de forma simultânea.

O compartilhamento é realizado pelo botão Compartilhar, permitindo definir permissões (como

Pode editar") e enviar convite por e-mail.

Ao armazenar um documento on-line no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas

que usam o Word 2016 ou Word On-line, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento on-line, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por e-mail. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

Pesquisa inteligente

Integração com o Bing

Integra o Bing, serviço de buscas da Microsoft, ao Word 2016. Ao clicar com o botão do mouse sobre qualquer palavra do texto e no menu exibido, clique sobre a função Pesquisa Inteligente, um painel é exibido ao lado esquerdo da tela do programa e lista todas as entradas na internet relacionadas com a palavra digitada.

Equações à tinta

Reconhecimento de escrita manual

Se utilizar um dispositivo com tela sensível ao toque é possível desenhar equações matemáticas, utilizando o dedo ou uma caneta de toque, e o programa será capaz de reconhecer e incluir a fórmula ou equação ao documento.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

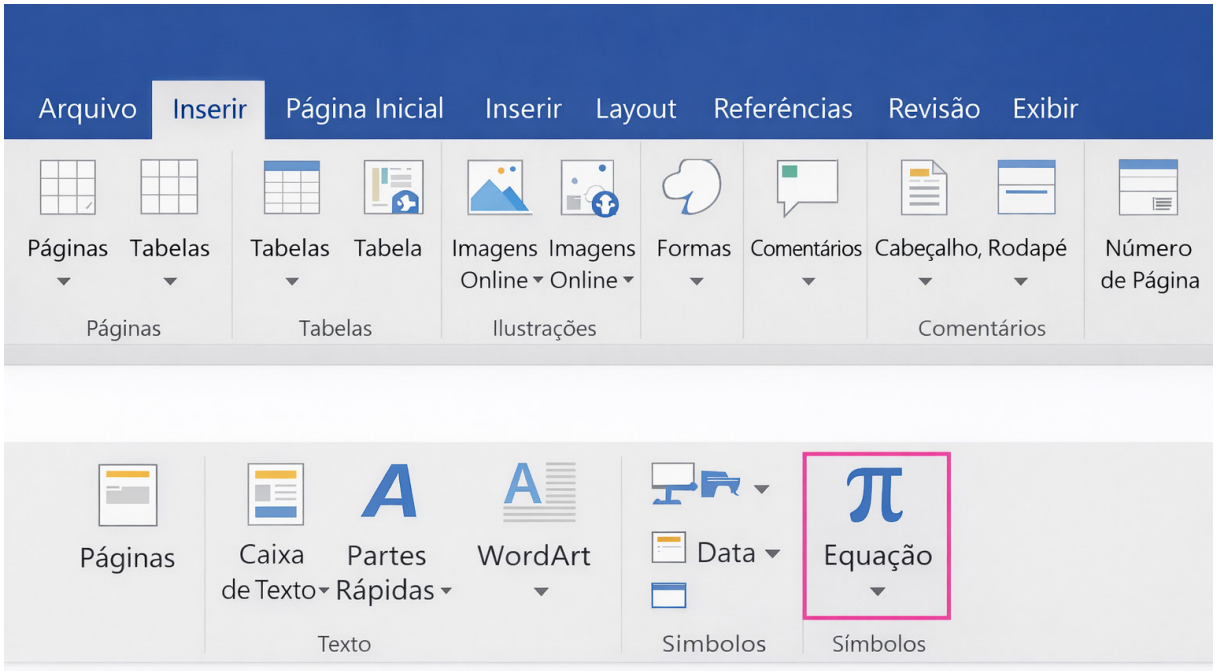


Figura 1 Equações à tinta

Histórico de versões melhorado

Acesso a versões anteriores

Vá até Arquivo > Histórico para conferir uma lista completa de alterações feitas a um documento e para acessar versões anteriores.

Compartilhamento mais simples

Envio direto pelo Word

Clique em Compartilhar para compartilhar seu documento com outras pessoas no SharePoint, no OneDrive ou no OneDrive for Business ou para enviar um PDF ou uma cópia como um anexo de e-mail diretamente do Word.

Formatação de formas mais rápida

Aplicação de estilos predefinidos

Quando você insere formas da Galeria de Formas, é possível escolher entre uma coleção de preenchimentos predefinidos e cores de tema para aplicar rapidamente o visual desejado.

Guia Layout

Alteração de nomenclatura

O nome da Guia Layout da Página na versão 2010/2013 do Microsoft Word mudou para apenas Layout[1].

1 CARVALHO, D. e COSTA, Renato. Livro Eletrônico

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LINGUÍSTICA

TEORIA DO SIGNO LINGUÍSTICO. LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA. SIGNIFICANTE E SIGNIFICADO; SIGNIFICAÇÃO. ARBITRARIEDADE E MOTIVAÇÃO; LINEARIDADE. REFERENTE, REFERÊNCIA, REPRESENTAÇÃO, SENTIDO

A NATUREZA DO SIGNO LINGUÍSTICO

O signo como unidade mínima de significação

Todo sistema de comunicação verbal se organiza a partir de uma unidade básica capaz de associar uma forma perceptível a um conteúdo inteligível: o signo. Compreender a linguagem verbal como um sistema de signos significa admitir que nenhuma palavra isolada carrega sentido por uma propriedade física ou natural; o sentido surge da articulação entre uma forma sonora (ou gráfica) e uma ideia que essa forma é convencionalmente autorizada a evocar. O signo linguístico não é, portanto, a simples etiqueta de uma coisa do mundo, mas uma entidade psíquica de duas faces, indissociáveis uma da outra, que só existem em função de sua combinação recíproca.

Essa concepção difere de uma visão ingênua da linguagem como simples nomeação, em que palavras seriam rótulos colados a objetos preexistentes. Se a linguagem fosse apenas nomeação, bastaria aprender a lista de correspondências entre palavras e coisas para dominar qualquer língua, e a tradução entre idiomas seria uma operação de substituição mecânica, item por item. A experiência de qualquer falante bilíngue mostra o contrário: os recortes semânticos de uma língua raramente coincidem exatamente com os de outra, porque cada sistema linguístico organiza o continuum do pensamento e da experiência de modo próprio, por meio de seus signos.

Dupla face do signo: a unidade indissociável

Ao se afirmar que o signo linguístico é constituído por duas faces, quer-se dizer que a imagem acústica (ou sua correspondente gráfica, no caso da escrita) e o conceito a ela associado não existem um sem o outro dentro do sistema. Não há significante vazio, sem significado, assim como não há significado que subsista fora de toda forma linguística concreta. Essa unidade é comparável a uma folha de papel: não se pode recortar o verso sem recortar, ao mesmo tempo, o anverso. Separar as duas faces do signo apenas para fins de análise é um procedimento teórico legítimo, mas não corresponde a uma cisão real na experiência do falante, que apreende o signo como um bloco único de significação.

Essa indissociabilidade explica por que a aprendizagem de uma língua estrangeira exige mais do que memorizar listas de equivalências lexicais: é necessário reconstruir, para cada novo signo, a associação específica entre uma forma sonora particular e um recorte conceitual que pode não ter correspondente exato na língua materna do aprendiz.

A relação entre significante e significado

O significante corresponde à face perceptível do signo: a sequência de sons organizados segundo o sistema fonológico de uma língua, ou, na modalidade escrita, a sequência de grafemas que a representam. O significado, por sua vez, corresponde ao conceito, à representação mental que o significante evoca na consciência dos falantes de uma comunidade linguística. É fundamental observar que o significado não é a coisa do mundo real, mas uma categoria mental, uma generalização abstrata que permite reconhecer como pertencentes a uma mesma classe elementos distintos da experiência.

Significação como processo relacional

A significação é o próprio ato de associar significante e significado, o processo pelo qual essa união se atualiza em cada emprego do signo. Não se trata de uma soma de duas partes previamente constituídas, mas de uma relação que confere identidade a ambas simultaneamente: um significante só é reconhecido como tal porque remete a um significado, e um significado só se manifesta linguisticamente porque encontra expressão em um significante determinado. A significação, nesse sentido, é sempre um fenômeno de sistema: o valor de um signo depende das relações que ele mantém com os demais signos do mesmo sistema, e não de uma correspondência direta e isolada com um objeto exterior.

Essa natureza relacional explica fenômenos como a polissemia, em que um único significante se associa a mais de um significado dentro de contextos distintos, e a sinonímia parcial, em que significados próximos, mas não idênticos, encontram significantes diferentes. Ambos os fenômenos seriam inexplicáveis se o signo fosse uma simples etiqueta fixa e unívoca.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as distinções fundamentais entre os componentes do signo linguístico, organizando-as segundo sua natureza e sua função dentro do processo de significação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Componente	Natureza	Função no processo de significação
Significante	Imagem acústica ou gráfica, perceptível pelos sentidos	Veicula materialmente o signo na cadeia da fala ou da escrita
Significado	Conceito, representação mental	Confere conteúdo inteligível ao significante
Significação	Processo relacional entre significante e significado	Atualiza a união das duas faces em cada enunciado concreto

A leitura da tabela evidencia que apenas a significação tem natureza processual, enquanto significante e significado são, cada um à sua maneira, componentes relativamente estáveis dentro do sistema, ainda que sujeitos a variação histórica e social. É precisamente essa estabilidade relativa que permite a uma comunidade linguística compartilhar um repertório comum de signos e, ao mesmo tempo, é a natureza processual da significação que explica por que o sentido de um mesmo signo pode se atualizar de formas ligeiramente distintas conforme o contexto de uso, sem que isso comprometa a inteligibilidade geral da comunicação.

Linguagem, língua e fala

- **Linguagem como faculdade humana geral**

A linguagem designa a capacidade humana, de base cognitiva e biológica, de organizar a experiência e de comunicá-la por meio de sistemas simbólicos. Trata-se de uma faculdade ampla, comum à espécie, que se manifesta por diferentes vias: verbal, gestual, pictórica, entre outras. A linguagem verbal é apenas uma das manifestações possíveis dessa faculdade geral, ainda que seja a mais desenvolvida e a mais estudada pelos ramos da linguística dedicados à investigação do sistema verbal humano.

Enquanto faculdade, a linguagem não pertence a nenhuma língua particular: é o substrato cognitivo que torna possível a qualquer ser humano, em condições normais de desenvolvimento, adquirir a língua ou as línguas do ambiente em que é criado. Essa distinção é importante porque evita a confusão comum entre a capacidade universal de linguagem e os sistemas históricos e sociais específicos que chamamos de línguas.

- **Língua como sistema social convencional**

A língua é o produto social da faculdade de linguagem, um sistema de signos convencionais, organizados segundo regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, compartilhado por uma comunidade de falantes. A língua existe fora de qualquer indivíduo particular, como um patrimônio coletivo que cada falante recebe, em grande medida já constituído, no processo de aquisição linguística na infância. Nenhum indivíduo cria sozinho a língua que fala, nem pode modificá-la unilateralmente: as mudanças linguísticas, quando ocorrem, resultam de processos coletivos e graduais, não de decisões isoladas.

A língua como sistema de oposições

Um aspecto essencial da língua, enquanto sistema, é que seus elementos se definem uns em relação aos outros, por oposição e contraste, e não por propriedades positivas e isoladas. O valor de uma unidade linguística dentro do sistema depende do lugar que ela ocupa na rede de relações que mantém com as demais unidades. Essa organização sistêmica é o que permite à língua funcionar como código relativamente estável, apesar da enorme variação que se observa no uso concreto, cotidiano, da fala.

- **Fala como realização individual**

A fala corresponde à atualização concreta e individual da língua: o ato pelo qual um falante particular, em uma situação específica, seleciona e combina elementos do sistema linguístico para produzir um enunciado. Enquanto a língua é social, abstrata e relativamente homogênea dentro de uma comunidade, a fala é individual, concreta e variável, pois está sujeita a fatores como entonação, ritmo pessoal, escolhas estilísticas e circunstâncias momentâneas de produção.

Essa distinção entre o sistema compartilhado e sua realização individual permite compreender fenômenos linguísticos aparentemente contraditórios: por que, de um lado, falantes de uma mesma língua se entendem apesar de nunca produzirem enunciados foneticamente idênticos, e por que, de outro, a língua muda ao longo do tempo a partir do acúmulo de pequenas variações introduzidas na fala, que podem, eventualmente, consolidar-se no sistema.

A tabela abaixo organiza, de modo comparativo, as três noções discutidas, destacando sua natureza, seu caráter social ou individual e um exemplo de manifestação característica de cada uma.

Noção	Natureza	Caráter	Manifestação característica
Linguagem	Faculdade cognitiva geral	Universal, biológico	Capacidade de qualquer ser humano adquirir um sistema simbólico
Língua	Sistema de signos convencionais	Social, abstrato, relativamente estável	Conjunto de regras fonológicas, morfológicas e sintáticas compartilhadas
Fala	Realização concreta do sistema	Individual, variável, momentâneo	Enunciado específico produzido por um falante em uma situação dada

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RECONHECIMENTO DE FALA, TRANSCRIÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

RECONHECIMENTO DE FALA E TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO. RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DE FALA (ASR – AUTOMATIC SPEECH RECOGNITION). MODELOS DE FALA END-TO-END. LLMS MULTIMODAIS DE ÁUDIO NATIVO

Fundamentos do Reconhecimento Automático de Fala

O que é o Reconhecimento Automático de Fala

O Reconhecimento Automático de Fala, designado pela sigla ASR (Automatic Speech Recognition), corresponde ao conjunto de técnicas computacionais responsáveis por converter um sinal sonoro contendo fala humana em uma representação textual correspondente. Trata-se de uma tarefa de natureza sequencial, na qual uma entrada contínua no domínio acústico precisa ser mapeada para uma saída discreta no domínio linguístico, respeitando a ordem temporal dos eventos sonoros e as regras estruturais da língua em que o enunciado foi produzido. Essa conversão não é trivial, pois o sinal de voz carrega, além do conteúdo lexical, variações de entonação, ritmo, intensidade e timbre que não possuem correspondência direta com a ortografia.

Da onda sonora ao texto

O processo inicia-se pela captura do sinal acústico, normalmente digitalizado por meio de amostragem e quantização, produzindo uma sequência de valores numéricos que representam a pressão sonora ao longo do tempo. A partir dessa representação bruta, aplica-se uma etapa de extração de características, na qual o sinal é segmentado em pequenos intervalos sobrepostos, dos quais se calculam coeficientes que descrevem o conteúdo espectral de cada trecho. Historicamente, os coeficientes cepstrais em escala Mel figuraram como a representação mais utilizada, por aproximarem a forma como o sistema auditivo humano percebe as frequências sonoras. Já em sistemas mais recentes, baseados em redes neurais profundas, é comum empregar representações aprendidas diretamente a partir do espectrograma ou mesmo da forma de onda bruta, dispensando parte da engenharia manual de características.

Componentes clássicos do pipeline

Nos sistemas tradicionais, a tarefa de reconhecimento é decomposta em módulos especializados que operam de forma encadeada. O modelo acústico estabelece a correspondência estatística entre as características extraídas do sinal e unidades sublexicais, como fonemas. O léxico de pronúncia funciona como por sua vez, atribui probabilidades a sequências de palavras, favorecendo combinações gramaticalmente e semanticamente plausíveis em detrimento de sequências improváveis, mesmo quando estas sejam acusticamente parecidas. A etapa final, chamada de decodificação, combina as informações desses três módulos para encontrar a sequência de palavras mais provável dado o sinal observado.

Evolução das Abordagens Tecnológicas

Modelos baseados em HMM e GMM

Durante décadas, a abordagem dominante em reconhecimento de fala baseou-se em Modelos Ocultos de Markov combinados com Misturas de Gaussianas, conhecidos pela sigla GMM-HMM. Nessa formulação, cada estado oculto do modelo de Markov representa uma unidade acústica, e a distribuição de probabilidade das características observadas em cada estado é modelada por uma soma ponderada de distribuições gaussianas. A transição entre estados obedece a probabilidades previamente estimadas a partir de grandes volumes de dados de treinamento, permitindo capturar a dinâmica temporal da fala. Essa arquitetura exigia alinhamento explícito entre quadros do sinal e estados acústicos, geralmente obtido por algoritmos de programação dinâmica, e dependia fortemente de recursos linguísticos cuidadosamente construídos, como dicionários de pronúncia abrangentes.

Transição para redes neurais profundas

A substituição progressiva das misturas gaussianas por redes neurais profundas representou um salto relevante de desempenho, pois essas redes conseguem aprender representações não lineares mais ricas a partir dos dados, sem exigir as suposições estatísticas simplificadoras das misturas gaussianas. Inicialmente, essas redes foram incorporadas como substitutas do componente responsável por estimar a probabilidade de cada estado acústico, mantendo a estrutura geral do modelo de Markov. Posteriormente, com o amadurecimento de arquiteturas recorrentes e, mais tarde, de arquiteturas baseadas em atenção, tornou-se possível repensar todo o pipeline, abrindo caminho para os sistemas end-to-end detalhados adiante neste documento.

A tabela a seguir sintetiza, de forma comparativa, as principais famílias de modelos utilizadas na evolução do reconhecimento automático de fala, destacando a característica central de cada abordagem e uma limitação representativa.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Família de modelo	Característica principal	Limitação representativa
GMM-HMM	Modelagem estatística por estados ocultos e misturas gaussianas	Pressupõe independência estatística pouco realista entre quadros
Redes neurais híbridas	Redes profundas estimando probabilidades de estados acústicos	Ainda depende de estrutura de alinhamento baseada em HMM
Modelos neurais end-to-end	Mapeamento direto de áudio para texto sem módulos separados	Exige grandes volumes de dados pareados para bom desempenho

A leitura da tabela evidencia uma trajetória de simplificação estrutural acompanhada de maior exigência de dados. Enquanto os modelos GMM-HMM dependiam de conhecimento linguístico explicitamente codificado, os modelos neurais híbridos deslocaram parte dessa responsabilidade para redes treináveis, mantendo, contudo, a arquitetura de estados ocultos. A etapa seguinte dessa evolução, que elimina por completo a necessidade de módulos acústicos e linguísticos separados, constitui o objeto da próxima seção deste documento.

Arquiteturas e Modelos de Fala End-to-End

▸ O Paradigma End-to-End

Diferença em relação a arquiteturas modulares

Os modelos de fala end-to-end propõem substituir o pipeline tradicional, composto por módulos acústico, lexical e de linguagem treinados separadamente, por uma única rede neural treinada de ponta a ponta para mapear diretamente a sequência de características acústicas em uma sequência de caracteres, subpalavras ou palavras. Essa unificação elimina a necessidade de alinhamento explícito entre quadros de áudio e unidades fonéticas durante a preparação dos dados, transferindo essa responsabilidade para o próprio processo de otimização da rede. Como consequência, o desenvolvimento de um sistema de reconhecimento passa a depender menos de recursos linguísticos especializados, como dicionários de pronúncia extensos, e mais da disponibilidade de grandes quantidades de áudio transcrito.

Vantagens e desafios de treinamento

Entre as vantagens dessa abordagem, destaca-se a simplicidade arquitetural, já que um único modelo pode ser otimizado de forma conjunta, reduzindo a propagação de erros entre módulos independentes. Também se observa maior facilidade de adaptação a novos domínios, pois o ajuste fino de um único modelo neural costuma ser mais direto do que a reconfiguração de um pipeline modular. Em contrapartida, os modelos end-to-end exigem volumes substanciais de dados pareados de áudio e transcrição para atingir desempenho competitivo, uma vez que não contam com o conhecimento estrutural previamente embutido nos componentes separados dos sistemas clássicos. Além disso, a interpretabilidade do processo de decisão torna-se mais difícil, já que não existem mais módulos distintos cujas saídas intermediárias possam ser inspecionadas isoladamente.

▸ Principais Arquiteturas Neurais

Connectionist Temporal Classification

A Classificação Temporal Conexionista, conhecida pela sigla CTC, constitui uma das primeiras formulações bem-sucedidas de treinamento end-to-end para sequências de tamanhos distintos entre entrada e saída. Essa técnica introduz um símbolo especial de "branco", que permite à rede emitir uma sequência de saída mais curta do que a sequência de quadros de entrada, somando as probabilidades de todos os alinhamentos possíveis entre entrada e saída durante o treinamento. Uma limitação relevante da CTC é a suposição de independência condicional entre os símbolos de saída em instantes distintos, o que pode prejudicar a modelagem de dependências linguísticas mais longas.

Modelos Transdutores Neurais

Os Transdutores Neurais Recorrentes, abreviados como RNN-T, superam parcialmente essa limitação ao incorporar uma rede de predição que condiciona cada símbolo gerado aos símbolos emitidos anteriormente, de maneira análoga a um modelo de linguagem interno. Essa característica torna os transdutores particularmente adequados para cenários de transcrição em tempo real, pois permitem a geração incremental de texto à medida que o áudio é processado, sem a necessidade de aguardar o enunciado completo.

Modelos Transformer e Conformer

As arquiteturas baseadas em mecanismos de atenção, originalmente propostas para tarefas de tradução automática, foram adaptadas ao reconhecimento de fala sob a denominação geral de Transformer acústico. Uma variante amplamente adotada, chamada Conformer, combina camadas de atenção com camadas convolucionais, capturando simultaneamente dependências de longo alcance e padrões locais característicos do sinal acústico. Essa combinação tem se mostrado eficaz tanto em cenários de alta precisão quanto em cenários que exigem processamento eficiente, consolidando-se como referência arquitetural em sistemas contemporâneos de reconhecimento de fala.

Modelos Multimodais e LLMs de Áudio Nativo

▸ Do ASR Tradicional à Compreensão de Áudio Nativa

Tokenização e representação de áudio para LLMs

Uma fronteira recente no reconhecimento de fala envolve a incorporação do áudio como uma modalidade nativa dentro de modelos de linguagem de grande escala, em vez de tratá-lo como uma etapa isolada de pré-processamento cujo resultado textual é posteriormente entregue a um modelo de linguagem separado. Nessa abordagem, o sinal acústico é convertido em uma sequência de tokens discretos ou em representações contínuas compatíveis com o espaço vetorial utilizado pelo próprio modelo de linguagem, de maneira análoga à tokenização de texto. Esses tokens de áudio passam a conviver, dentro da

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL

PROCEDIMENTO LEGISLATIVO: TIPOS DE PROCEDIMENTO, ORDINÁRIO, ABREVIADO, SUMÁRIO, SUMARÍSSIMO, ESPECIAL E CONCENTRADO; ETAPAS E NOÇÕES BÁSICAS. COMISSÕES, PARECERES, DELIBERAÇÃO, VOTAÇÃO, SANÇÃO E VETO

Procedimento Legislativo Ordinário e Modalidades Afins

▸ Conceito e Função do Procedimento Legislativo

O procedimento legislativo corresponde à sucessão ordenada de atos e fases por meio dos quais uma proposição percorre as instâncias internas de uma casa parlamentar até alcançar sua conclusão, seja pela aprovação, pela rejeição ou pelo arquivamento. Trata-se de um conjunto de ritos disciplinados pelo regimento interno de cada câmara legislativa, cuja finalidade é assegurar que a formação das normas jurídicas observe etapas mínimas de discussão, exame técnico e deliberação coletiva, preservando ao mesmo tempo a legitimidade democrática do processo e a racionalidade na tramitação das matérias. A existência de procedimentos diferenciados decorre da constatação de que nem todas as proposições possuem a mesma complexidade ou urgência, de modo que o regimento estabelece ritos distintos, mais ou menos extensos, conforme a natureza da matéria e o grau de celeridade que a situação concreta reclama.

O Procedimento como Sucessão Ordenada de Atos

Cada procedimento legislativo pode ser compreendido como uma cadeia de atos processuais que se sucedem em ordem lógica e cronológica, iniciando-se com a apresentação da proposição, passando pelo exame nas comissões competentes, pela discussão e votação em plenário e, quando cabível, pela remessa à outra casa legislativa ou à sanção do chefe do Poder Executivo. Essa sucessão não é meramente formal, pois cada fase cumpre uma função específica no amadurecimento da proposta: a instrução técnica realizada nas comissões permite depurar a redação e identificar eventuais vícios de constitucionalidade ou de técnica legislativa, ao passo que a deliberação em plenário confere à decisão o batismo da vontade coletiva dos representantes eleitos. A supressão indevida de qualquer dessas fases pode comprometer a validade do ato normativo resultante, razão pela qual os regimentos internos cuidam de detalhar com precisão os prazos, os quóruns e as condições de admissibilidade em cada etapa.

O Procedimento Ordinário como Modelo-Regra

Nele, a proposição passa, em regra, pelo exame de uma ou mais comissões permanentes, nas quais se emitem pareceres sobre o mérito e sobre a compatibilidade da matéria com a Constituição e com a boa técnica legislativa, para somente depois ser submetida à discussão e votação do plenário. Esse itinerário mais extenso justifica-se pela necessidade de assegurar amplo debate e aprofundado exame técnico, sobretudo quando a proposição não apresenta urgência que justifique sua tramitação abreviada. O procedimento ordinário funciona, assim, como parâmetro de comparação para a compreensão dos demais ritos, que se diferenciam dele justamente pela supressão, concentração ou aceleração de determinadas fases.

▸ Procedimentos Abreviado, Sumário e Sumaríssimo

Ao lado do rito ordinário, os regimentos internos preveem modalidades de tramitação mais céleres, destinadas a situações em que a demora do procedimento-padrão se mostraria incompatível com a natureza da matéria ou com prazos constitucionalmente fixados. Essas modalidades distinguem-se entre si pelo grau de compressão das fases regimentais, pela simplificação dos pareceres exigidos e pela possibilidade de supressão de etapas intermediárias, sempre sem prejuízo da garantia mínima de discussão coletiva.

Procedimento Abreviado

O procedimento abreviado caracteriza-se pela redução do número de comissões chamadas a se manifestar sobre a proposição ou pela diminuição dos prazos regimentais de tramitação, sem que se chegue à supressão integral da fase de instrução técnica. Em geral, aplica-se a matérias cuja relevância não dispensa o exame de mérito, mas cuja urgência recomenda que esse exame seja conduzido de forma mais concentrada, evitando a passagem sequencial por múltiplos colegiados. Essa modalidade preserva, portanto, a lógica de instrução prévia à deliberação plenária, mas comprime o tempo dedicado a cada etapa.

Procedimento Sumário

O procedimento sumário vincula-se a situações em que a Constituição ou o próprio regimento fixam prazo certo para a apreciação da matéria, sob pena de consequências processuais relevantes, como o sobrestamento de outras deliberações na pauta da casa legislativa até que a votação se conclua. Esse rito busca conciliar a urgência imposta pelo prazo com a manutenção de um mínimo de instrução, de modo que as comissões continuam a se manifestar, ainda que sob calendário rigidamente delimitado. O quadro comparativo abaixo sintetiza as principais características dos procedimentos ordinário, abreviado, sumário e sumaríssimo, permitindo visualizar as diferenças quanto à extensão das fases e ao grau de urgência que cada um pressupõe.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Procedimento	Instrução nas comissões	Grau de urgência	Traço distintivo
Ordinário	Completa, em todas as comissões competentes	Ausente	Rito-padrão, sem compressão de fases
Abreviado	Reduzida em número de comissões ou prazos	Moderado	Concentração parcial da instrução técnica
Sumário	Mantida, porém sob prazo rígido	Elevado, com prazo fixado	Risco de sobrestamento da pauta
Sumaríssimo	Dispensada ou mínima	Máximo	Deliberação direta em plenário

A comparação revela uma gradação contínua entre os ritos, de sorte que a urgência cresce na mesma proporção em que diminui a extensão da fase instrutória nas comissões, até o limite representado pelo procedimento sumaríssimo.

Procedimento Sumaríssimo

O procedimento sumaríssimo representa o grau máximo de aceleração procedimental, sendo reservado a situações de urgência excepcional, reconhecidas mediante requerimento específico aprovado pelo próprio plenário. Nessa modalidade, a matéria pode ser deliberada diretamente pelo plenário, com dispensa das formalidades regimentais ordinárias, inclusive quanto à prévia distribuição às comissões de mérito, substituindo-se o parecer escrito pela manifestação oral de relator designado na própria sessão. Trata-se de instrumento excepcional, cuja utilização reiterada e desvirtuada pode comprometer a qualidade técnica da legislação produzida, razão pela qual sua aplicação costuma ser condicionada a requisitos formais rigorosos, como a demonstração inequívoca da urgência e a aprovação por quórum qualificado do requerimento correspondente.

Procedimento Especial e Procedimento Concentrado

- **Procedimento Especial**

O procedimento especial constitui categoria residual e ao mesmo tempo específica, reunindo ritos próprios estabelecidos pelo regimento interno para determinadas matérias que, por sua natureza peculiar, não se amoldam adequadamente ao esquema do procedimento ordinário nem às modalidades aceleradas de tramitação. Esse rito aplica-se a proposições que demandam etapas processuais próprias, incompatíveis com a sequência padronizada de distribuição às comissões permanentes seguida de deliberação plenária única.

Hipóteses de Incidência

Enquadram-se no procedimento especial, tipicamente, as propostas de emenda à Constituição, os projetos de código, as proposições relativas à criação de comissões parlamentares de inquérito, os processos de perda de mandato parlamentar, os pedidos de licença e afastamento de parlamentares, bem como outras matérias para as quais o regimento estabeleça rito próprio e destacado do procedimento comum. A característica unificadora dessas hipóteses é a existência de peculiaridades que tornam inadequada a aplicação do rito ordinário, seja pela exigência de quóruns diferenciados, seja pela necessidade de fases adicionais de publicidade e exame, seja ainda pela relevância institucional da matéria, que recomenda tratamento procedimental singularizado.

Peculiaridades de Tramitação

As peculiaridades do procedimento especial manifestam-se de diferentes formas, conforme a matéria tratada. Nas propostas de emenda constitucional, por exemplo, exige-se deliberação em dois turnos de votação em cada casa legislativa, com quórum de aprovação qualificado, circunstância que não se verifica no procedimento ordinário de leis infraconstitucionais. Já nos projetos de código, costuma-se adotar comissão especial, composta por parlamentares designados especificamente para o exame da proposição, em substituição às comissões permanentes, dada a amplitude temática que um código normalmente apresenta. Em todos esses casos, o traço comum é a substituição, parcial ou integral, do itinerário regimental padrão por um conjunto de regras específicas, desenhadas para atender às exigências particulares da matéria.

- **Procedimento Concentrado**

O procedimento concentrado designa a modalidade em que determinadas fases do processo legislativo, normalmente distribuídas entre órgãos técnicos distintos, são reunidas em um único momento processual, suprimindo-se etapas intermediárias que, no rito ordinário, se sucederiam de forma segmentada. Essa concentração pode ocorrer tanto na dimensão temporal, pela reunião de atos que ordinariamente se praticariam em sessões distintas, quanto na dimensão orgânica, pela atribuição a um único colegiado de competências que, de outro modo, seriam repartidas entre diferentes comissões.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CIÊNCIA POLÍTICA

REGIMES POLÍTICOS

De antemão, ressalta-se que os regimes de governo são os modos definidores dos governos no condizente à sua aplicação e dissolução do poder.

Tais regimes, poderão ser:

a) Democráticos;

b) Autoritários; ou

c) Totalitários.

Desta maneira, antes de adentrarmos às espécies de regimes de governo, vejamos abaixo, importantes definições acerca de Governo e Estado, bem como os conceitos e significados que cada regime carrega consigo.

Governo e Estado

Trata-se o Estado de uma instituição criada, cujo fim, é a definição da soberania, bem como o conjunto de regras de um determinado território.

Já o governo, se trata do gestor de um Estado específico.

Desta forma, existem Estados regidos por governos mais flexíveis, que encontram a soberania no povo, bem como governos menos flexíveis, que suprimem a soberania do povo através da suspensão e da revogação de direitos.

Existem ainda, governos que buscam controlar a vida total da população, nos âmbitos político e jurídico e pessoal.

Desta maneira, temos o seguinte:

GOVERNOS FLEXÍVEIS (Regime Democrático)	Encontram a soberania no povo.
GOVERNOS INFLEXÍVEIS (Regime Autoritário)	Suprimem a soberania do povo através da suspensão e da revogação de direitos.
GOVERNOS CONTROLADORES (Regime Totalitário)	Controlam a vida total da população, nos âmbitos político e jurídico e pessoal.

Ressalta-se que geralmente existe confusão acerca dos temas relacionados ao regime de governo, forma de governo e sistema político.

Todavia, as formas de governo podem ser as consideradas clássicas e legítimas pelo filósofo Aristóteles como monarquia, aristocracia e democracia, bem como as ilegítimas, que se referem à tirania, à oligarquia e também à demagogia. Sendo que além das referidas classificações antigas, existem também as classificações modernas e contemporâneas. Um exemplo disso, é a "república", classificação dada por Nicolau Maquiavel ao principado.

Contudo, no que condiz aos sistemas políticos, destaca-se que se trata de mecanismos por meio dos quais, o poder político é organizado e exercido. São exemplos de sistemas políticos: o parlamentarismo e o presidencialismo.

Já o regime de governo, trata apenas da forma como o poder é distribuído entre os elementos de um mesmo Estado, sendo que tal forma poderá ocorrer de modo autoritário, democrático e totalitário.

Além disso, é através do regime de governo que se identifica o relacionamento da soberania de determinado governo com os outros elementos dele, que são o governa**nte e os governados.**

Ressalta-se que não há que se confundir regime de governo com forma de governo, pois, uma república será sempre democrática, ao passo que uma monarquia é autoritária.

Entretanto, uma monarquia se trata de uma forma de governo que também pode adotar um regime democrático baseado em uma Constituição e em um Parlamento eleito criador de leis. Um exemplo disso, é a Inglaterra que no século XIX surgiu como uma monarquia parlamentarista.

NOTA:

- Uma monarquia é uma forma de governo, enquanto o parlamentarismo é um sistema político.
- A Praça dos Três Poderes, em Brasília, é símbolo da República Brasileira por reunir a tríade dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Vale salientar também que da mesma maneira que existem repúblicas que em tese seriam democráticas, há nestas, governantes que utilizam-se de subterfúgios para manter-se no poder, criando regimes autoritários, como por exemplo, a Coreia do Norte, local no qual são realizadas eleições periódicas. Todavia, esse país não respeita as regras firmadas por organismos internacionais para regulamentar as eleições.

Podemos citar ainda, como exemplo, a Ditadura Militar que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985, na qual, o governo militar era autoritário, e chegou a fechar o Congresso Nacional promovendo a cassação de mandatos de parlamentares da oposição, implantando a vedação de partidos políticos e a suspensão dos direitos constitucionais, criando um Estado de exceção. Assim, embora o governo operante fosse o militar, o Brasil não deixou de ser uma república.

A respeito das formas de governo, na Grécia Antiga na obra Política, Aristóteles identificou seis espécies de formas de governo. São elas:

Formas de governo legítimas:

a) A Monarquia;

b) A Aristocracia; e

c) A Democracia.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Formas de governo ilegítimas:

a) A tirania;

b) A oligarquia; e

c) A demagogia.

Além disso, é importante destacar que além das formas descritas por Aristóteles, existem os chamados tratados filosóficos modernos. Um exemplo clássico disso, é o livro "O Príncipe", de Nicolau Maquiavel que demonstra a existência de apenas duas formas de governo, que são a república e o principado.

No tocante aos regimes políticos, infere-se que dizem respeito ao modo como um governo ou um governante age e exerce o seu poder sobre aqueles que governa.

Desse modo, existem governos que exercem o poder de forma mais resumida e que não consideram a participação do povo, bem como, existem também, governos abertos à participação do povo.

Formas de Regime de Governo

Existem três tipos centrais de regime de governo que podem condensar as formas de governar em categorias, e que se referem à maneira de relacionamento entre governantes e governados. Vejamos:

Regime de Governo Democrático

Nesse regime, a soberania é popular. O povo detém o poder e deve exercê-lo.

Desta maneira, dentro desse regime, existem as democracias representativas e participativas, dentro das quais, o povo possui o direito de votar e eleger representantes, bem como de participar da criação das leis e da organização política de modo amplo e geral.

Contudo, destaca-se que para um regime político ser considerado democrático, é preciso que seja implantada uma Constituição garantidora de direitos e delegadora de deveres, devendo existir mecanismos específicos que garantam a participação de todo o povo no sistema político, no acesso à informação, havendo, desta forma, transparência e honestidade nos sistemas políticos.

Regime de Governo Autoritário

Ocorre a partir do momento em que alguém, ou um grupo político controla de forma arbitrária, o sistema político e o Estado, mantendo privilégios e privando parte da população do acesso à soberania.

Normalmente, o regime autoritário é conceituado como regime de ditadura, por meio da qual, as regras e as leis políticas são ditadas por uma classe dominante da política que por sua vez, cerceia a ideia de cidadania e restringe o uso dos direitos políticos, havendo, assim, a tomada do Estado pelo governo.

Regime de Governo Totalitário

Nesse regime, o autoritarismo é elevado ao máximo, pois, apropria-se de forma total do Estado, intumescendo ao máximo, passando a criar novas regras estatais com a imposição destas a todas as pessoas no âmbito público, político e pessoal.

Desta maneira, o Estado que é tomado por esse regime passa a controlar e comandar os limites do poder político do povo, inclusive em relação à liberdade de expressão e em todos os demais aspectos.

Por fim, dentre outros, cita-se como exemplos claros do governo sob o regime totalitário, os fatos ocorridos na União Soviética stalinista e na Alemanha nazista.

SISTEMAS E FORMAS DE GOVERNO

De antemão, salienta-se que o estudo do Governo ultrapassa necessariamente o de Estado. Desse modo, ao adentrar nos estudos da Constituição Federal, é necessário compreender a existência de diferenças entre os sistemas de Governo, das formas de Governo e também das formas de Estado.

Dos Sistemas de Governo

De acordo com a maior parte da doutrina, sistemas de governo são técnicas que regem as relações existentes entre os Poderes Executivo e Legislativo no exercício das funções relativas ao governo.

Para o jurista José Afonso da Silva *apud* Martins, são sistemas de governo:

O Parlamentarismo, que pode ser caracterizado da seguinte forma:

a) Pela distinção entre Chefe de Estado e Chefe de Governo;

b) Pela chefia do governo com responsabilidade política;

c) Pela possibilidade de dissolução do parlamento; e

e) Pelo fato de o primeiro-ministro ser escolhido pelo Parlamento.

Por meio do parlamentarismo, poderá o Chefe de Estado e Chefe de Governo serem pessoas diferentes, onde há um representante que não precisa se envolver em disputas políticas ou de poder e que atua como um equilíbrio em situações de crise ou de ausência de consenso político.

Desse modo, irá o Chefe de Governo permanecer em seu cargo enquanto houver suporte do parlamento em que a maioria estiver dando apoio ao seu governo, razão pela qual, existe a possibilidade de o Primeiro-Ministro dissolver o parlamento com a finalidade de buscar uma maioria que lhe apoie em seu governo.

O parlamentarismo pode ser utilizado sob duas formas de governo, que são a república ou a monarquia.

O Presidencialismo, que possui como principais características:

a) O Presidente é ao mesmo tempo, Chefe de Estado e de Governo;

b) O cargo de Presidente é unipessoal;

c) O Presidente é eleito pelo povo por meio do voto;

d) O Presidente exerce um mandato com tempo determinado para término;

e) Existe a possibilidade de responsabilização política;

f) O presidente não pode dissolver o parlamento.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!